

RETORNO AO TRABALHO APÓS ACIDENTES DE TRÂNSITO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Return to work after traffic accidents: an integrative literature review

Retorno al trabajo después de accidentes de tránsito: una revisión integrativa de literatura

JESSICA DIAS CASTILHO- FPCEUP- PORTO, PORTUGAL¹

ALEXSANDRO LUIZ DE ANDRADE- UFES- VITÓRIA, BRASIL²

LÍVIA FRAGA FERRÃO- UFES- VITÓRIA, BRASIL³

PRISCILLA DE OLIVEIRA MARTINS DA SILVA- UFES- VITÓRIA, BRASIL⁴

FABIÓLA RODRIGUES MATOS- UFES- VITÓRIA, BRASIL⁵

Resumo: as consequências da impossibilidade do retorno ao trabalho na vida de vítimas de acidente de trânsito não se limitam apenas a perdas financeiras. Estas interferem na predisposição das vítimas a retomarem a vida social, carreira e cotidiano anterior ao acidente. O objetivo desse artigo é identificar fatores que auxiliam e prejudicam na retomada da atividade laboral desses indivíduos. Para isso, realizou-se uma revisão integrativa de literatura nacional e internacional, nos últimos cinco anos, utilizando descritores relacionados ao tema. Os resultados levantaram 19 pesquisas dentro dos critérios estabelecidos, contemplando temáticas sobre o retorno ao trabalho, reabilitação, consequências psicológicas e desenvolvimento de carreira. Evidenciou-se a necessidade de haver acompanhamento profissional para esta população, motivada a fatores de sequelas físicas, culpabilização, depressão, ansiedade, Transtorno de Estresse Pós-Traumático, além de sequelas psicossociais prejudiciais para retomada das atividades laborais. As limitações do trabalho referem-se a busca de artigos apenas nos idiomas português e inglês, e utilização de poucas palavras chaves. A atuação do psicólogo (a) neste contexto deve ser expandida e pode abordar a temática da reorientação profissional, adaptabilidade de carreira e empregabilidade. Além disso é importante que os estudos sobre a temática sejam ampliados para o melhor entendimento desta população específica.

Palavras-chave: trânsito; retorno ao trabalho; acidentes de trânsito; desenvolvimento profissional

Abstract: *consequences of the impossibility of returning to work of victims of traffic accidents are not limited only to financial losses. They interfere with predisposition of the victims to resume their social, career and daily lives prior to the accident. The objective of this article is to identify factors that help and hinder the resumption of the labor activity of these individuals. For doing so, an integrative review of national and international literature was carried out in the last five years using descriptors related to the theme. The results elicited 19 researches within the established criteria, contemplating themes about return to work, rehabilitation, psychological consequences and career development. The need of professional follow-up for this population was evidenced, motivated by factors of physical sequelae, guilt, depression, anxiety, Post Traumatic Stress Disorder, as well as psychosocial sequelae detrimental to resume work activities. The limitations of the work are focused in the search of information only in Portuguese and English, and the use of few keywords. The psychologist's practices in this context should be expanded and address the theme of professional reorientation, career adaptability and employability. In addition, it is important that studies about this theme should be broadened to improve the understanding of this specific population.*

Keywords: *traffic; return to work; traffic accidents; professional development.*

Resumen: *las consecuencias de la imposibilidad de regresar al trabajo en la vida de las víctimas de accidentes de tráfico no se limitan solo a las pérdidas financieras. Estos interfieren en la predisposición de las víctimas a reanudar la vida social, profesional y cotidiana antes del accidente. El propósito de este artículo es identificar los factores que ayudan y dificultan la reanudación de la actividad laboral de estas personas. Para ello, se realizó una revisión integradora de la literatura nacional e internacional en los últimos cinco años, utilizando descriptores relacionados con el tema. Los resultados generaron 19 investigaciones dentro de los criterios establecidos, que abarcan temas sobre el retorno al trabajo,*

¹ Jessica D. Castilho - Doutoranda Psicologia, PDP- UP, +351 911527694, jessicadcastilho@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-3695-2885>

² Alexsandro L. Andrade - Professor Doutor, Departamento de Psicologia, PPGP- UFES, Av. Fernando Ferrari, 514, (27) 34009-2501, alexsandro.deandrade@yahoo.com. <https://orcid.org/0000-0003-4953-0363>

³ Lívia F. Ferrão - Mestre em Psicologia, PPGP- UFES, PPGP- UFES, Av. Fernando Ferrari, 514, (27) 4009-2501, liviaferrao@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-5643-1959>

⁴ Priscilla de Oliveira M. da Silva - Professora Doutora, Departamento de Administração, PPGAdm, Av. Fernando Ferrari, 514, (27) 4009-2794, priscillamartinssilva@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-2922-6607>

⁵ Fabíola R. Matos - Doutoranda em Psicologia, PPGP- UFES, Av. Fernando Ferrari, 514, (27) 34009-2501, fabiolarmatos@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-2828-2869>

la rehabilitación, las consecuencias psicológicas y el desarrollo profesional. Se evidenció la necesidad de un seguimiento profesional para esta población, motivado por factores de secuelas físicas, culpa, depresión, ansiedad, trastorno de estrés postraumático, así como secuelas psicosociales dañinas para reanudar las actividades laborales. Las limitaciones del trabajo se refieren a la búsqueda de artículos solo en portugués e inglés, y al uso de pocas palabras clave. El papel del psicólogo en este contexto debe ampliarse y puede abordar el tema de la reorientación profesional, la adaptabilidad profesional y la empleabilidad. Además, es importante que se amplíen los estudios sobre el tema para comprender mejor a esta población específica.

Palabras clave: tránsito; retorno al trabajo; accidentes de tránsito; desarrollo profesional

Introdução

Os acidentes de trânsito são considerados problemas de saúde pública e da esfera social (Barreto, Teston, Latorre, Mathias, & Marcon, 2016; Paixão, Gontijo, Drumond, Friche, & Caiaffa, 2015). De acordo com o relatório da Organização Mundial de Saúde (World Health Organization, [WHO], 2016), 1,25 milhões de pessoas morrem no mundo por acidentes de trânsito a cada ano. No Brasil, enquanto o número de mortes encontra-se estabilizado em torno de 40 mil ao ano, o número de feridos aumenta exponencialmente, saindo de 95 mil em 2008 e chegando a aproximadamente 209 mil em 2017, revelando um acréscimo de aproximadamente 120% em nove anos (DataSUS, 2018). De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015), cerca de 170 mil acidentes de trânsito ocorridos em 2014 nas rodovias federais brasileiras geraram um custo de R\$ 12,3 bilhões para a sociedade. Desse total, 43% se referem à perda de capacidade laboral, a qual é calculada em relação ao quanto cada vítima parcial deixou de produzir no seu período de afastamento do trabalho, somado ao valor que cada vítima fatal deixará de produzir ao longo dos anos até a expectativa de vida do país. O impacto principal dessa perda de produção incide principalmente na previdência social, mas também se reflete no empobrecimento das famílias atingidas por essa realidade (Andrade & Jorge, 2017), bem como um número superior a 500 mil indenizações relacionadas à invalidez permanente, conforme dados do DPVAT do ano de 2014 (Seguradora Líder, 2014). As internações, dores, afastamentos médicos, sequelas físicas e psicológicas são habituais após um acidente de trânsito e afetam diretamente a retomada de atividades profissionais (Cruz, 2013). Sabet et al. (2016a) indicam, por exemplo, que o principal impacto dos acidentes de trânsito foram sequelas físicas que modificaram as performances profissionais e as carreiras das vítimas. A dependência financeira, a necessidade de auxílio e o desgaste social pela perda de produtividade

de um indivíduo que anteriormente era habilitado para o trabalho, demonstram o ônus social que estes eventos acarretam (Sabet et al., 2016a). As consequências da impossibilidade do retorno ao trabalho não se limitam apenas a uma perda financeira, mas interferem diretamente na predisposição dessas vítimas de retomarem a vida social, carreira e ao cotidiano anterior ao acidente (Sabet et al., 2016a; Sousa & Koizumi, 1999). Os resultados encontrados por Sabet et al. (2016b) apontam que o retorno ao trabalho pós-acidente é positivo para as vítimas, sendo associado a fatores como percepção de independência, maior produtividade, além da superação de barreiras impostas pelo acontecido. Assim, o retorno ao trabalho é importante uma vez que a atividade remunerada é socialmente percebida como uma das propostas centrais da vida, suprimindo não somente necessidades econômicas, mas também de autoestima e bem-estar (Milani, Souza, Hirayama, & Alexandre, 2018; Sousa & Koizumi, 1999; Vasconcelos, Minayo-Gomes, & Machado, 2014).

Para além das sequelas físicas, pessoas que tiveram acidente de trânsito comumente apresentaram prejuízo na adaptação psicossocial e diminuição da qualidade de vida, podendo desenvolver sintomas depressivos, ansiedade generalizada e/ou estresse pós-traumático relacionado à condução de veículos, sendo motorista ou passageiro (Barp & Mahl, 2013; Magalhães, & Loureiro, 2007; Mayou, Bryant, & Duthie, 1993; Paiva et al., 2016). Tais transtornos emocionais quando associados a problemas de saúde ocasionam maior dificuldade na retomada das atividades sociais e profissionais (Magalhães & Loureiro, 2007). Para Pransky, Gatchel, Linton e Loisel (2005), o retorno ao trabalho é entendido de duas formas conflitantes pela literatura: é visto como um processo dinâmico e complexo que não pode ser compreendido com medidas pontuais; ou é visto como um resultado, que pode ser medido de diversas formas, como *status* de emprego e tempo de licença médica. Nesse mesmo nível de complexidade, salienta-se que o retorno pós-acidente de trânsito exige um

gerenciamento de grande responsabilidade, sendo um desafio encontrar o equilíbrio entre o empregador, que necessita de um trabalho produtivo, e o trabalhador, que tem o direito à igualdade e dignidade (*Canadian Human Rights Commission*, 2007).

Tendo como foco os aspectos apresentados sobre o retorno ao trabalho de vítimas de acidente de trânsito, a necessidade de avançar na compreensão desse processo se destaca devido ao aumento do índice de pessoas lesionadas nestes eventos, conforme DataSUS (2018). Young et al. (2005) ressaltam que os temas de pesquisas da qualidade e da adequação ao retorno ao trabalho, além dos fatores que auxiliam uma retomada bem-sucedida, se encontram ainda insuficientemente explorados. Assim, o entendimento dos principais fatores que dificultam (ou auxiliam) o processo de retorno ao trabalho após um trauma físico pode auxiliar a tomada de decisões de profissionais envolvidos nesta realidade (Cabral, Sampaio, Figueiredo, & Mancini, 2010). Dessa maneira, o objetivo desse artigo foi explorar os aspectos positivos e negativos relacionados ao retorno ao trabalho de vítimas de acidente de trânsito, por meio de uma revisão integrativa da literatura científica. Busca-se identificar a partir da literatura científica os fatores que auxiliam e prejudicam na retomada da atividade laboral desses indivíduos, visando investigar o que os estudos recentes abordam com maior frequência sobre esta questão.

Método

A busca pelas pesquisas foi realizada no portal Periódicos Capes, na PsycINFO e no PubMed. Essas bases foram selecionadas por serem consideradas como referências na busca de artigos nacionais e internacionais na área de psicologia (Braun, Vierheller & Oliveira, 2016) e também nas ciências biomédicas. Foram utilizados os descritores e operadores booleanos: (“return to work” OR “retorno ao trabalho”) AND (“traffic” OR “trânsito”), através do método de busca “Any Field”. A escolha dos descritores teve como objetivo recuperar produções sobre o retorno ao trabalho em situações relacionadas ao trânsito, ou seja, buscou-se abranger o máximo de pesquisas referentes ao tema utilizando tais palavras-chave. A coleta de dados ocorreu no início do mês de dezembro de 2018 e teve como critérios de inclusão que os artigos fossem empíricos, estivessem disponíveis de forma integral, escritos na língua portuguesa ou inglesa e publicados nos últimos cinco anos (2014-2018).

A escolha por incluir apenas artigos empíricos teve como objetivo identificar as experiências que os participantes das pesquisas tiveram de retornar ao trabalho, investigando assim aspectos que possam colaborar com o retorno ou prejudicar reinserção profissional dos acidentados. Pesquisas em que a população não era exclusivamente vítima de acidente de trânsito, restritas apenas à área da medicina (ex: procedimentos cirúrgicos e descrição de lesões), que não abrangiam o fenômeno do retorno ao trabalho, realizavam estudos de revisão teórica e bibliométrica ou que não se relacionavam com a temática, foram excluídas desta revisão. Inicialmente foram encontrados 44 artigos nos Periódicos Capes, 14 no PsycINFO, 36 no PubMed, totalizando 94 estudos. Após essa primeira etapa de levantamento de dados, procedeu-se à leitura integral dos resumos de todos os trabalhos a fim de certificar-se de que os mesmos atendiam aos critérios de inclusão. Feito isso, houve a exclusão de 59 artigos que não se encaixaram aos critérios e de 16 que estavam repetidos.

O número final de artigos para avaliação nesta revisão foi 19. Para evitar equívocos durante a coleta dos dados houve a validação interjuízes de pesquisadores com conhecimento sobre a temática. Na Figura 1 pode ser visualizada a sistemática de busca e seleção dos artigos.

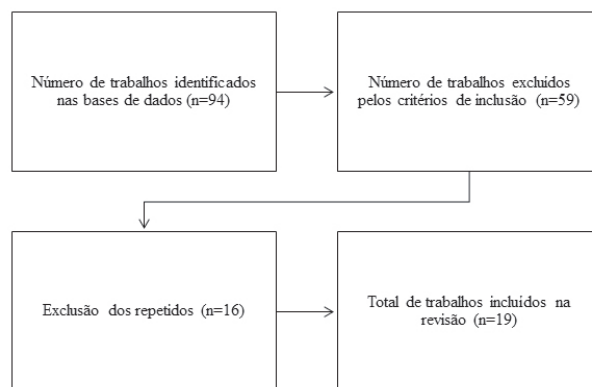


Figura 1. fluxo da informação com as fases da revisão de literatura

Assim, foram selecionados 19 artigos e estes foram analisados em relação às seguintes características: país de origem, ano da publicação, método utilizado, tema de pesquisa e principais resultados.

Resultados

No que diz respeito à origem das pesquisas, resultados apontaram que os estudos sobre retorno ao trabalho de vítimas de acidentes trânsito foram em

sua maioria realizados na Austrália, representando 15 publicações das 19 selecionadas, enquanto África do Sul, Brasil, França e Irã apresentaram apenas uma publicação cada. Em relação ao ano de publicação, 2017 foi o ano com maior número de trabalhos publicados (31,6%) e 2018 apresentou a menor frequência (5,3%).

Todos os estudos analisados apresentaram características de pesquisa quantitativa, porém apenas os estudos de Faux et al. (2015) e de Brooke et al. (2014) possuíam natureza experimental, com grupo controle e grupo de intervenção. A quantidade de participantes variou entre 80 a 32.930, sendo que dois estudos (Gray et al., 2018; Sarrami et al., 2016), utilizaram a análise de dados secundários (entrevistas realizadas por outros pesquisadores/empresas) como fonte principal para coleta de dados, enquanto

todos os outros fizeram contato direto com as próprias vítimas. Apenas os estudos de Beck et al. (2017), Beck et al. (2016) e Paiva et al. (2016) restringiram os participantes a ciclistas e a motociclistas.

Em relação ao foco de estudo de cada artigo, pode-se observar quatro temáticas, não excludentes, que envolveram os trabalhos encontrados: 1) Retorno ao trabalho, artigos que tinham como principal assunto fatores associados ao retorno ao trabalho das vítimas de acidente de trânsito; 2) Reabilitação, com o foco na reabilitação física e social após o acidente; 3) Psicologia, compreendendo como variáveis psicológicas interferiam na reabilitação e como o acidente afetou psicologicamente as vítimas; e 4) Carreira, o impacto do acidente na carreira das vítimas. Na Tabela 1 é possível observar os temas de pesquisa e os principais resultados dos estudos encontrados nesta revisão.

Tabela 1. temas e principais resultados das publicações relacionadas ao retorno ao trabalho

Autores	Tema	Principais resultados
Gray et al. (2018)	RT	Mulheres, pessoas mais velhas, lesão em chicote ou deslocamento e pessoas hospitalizadas apresentaram piores resultados no retorno ao trabalho.
Beck et al. (2017)	R	A maioria dos ciclistas retornaram ao trabalho depois de 6 meses, mas menos da metade voltaram aos níveis funcionais anteriores da lesão.
Gopinath, Jagnoor, Elbers, & Cameron (2017)	R	Taxa de 82% de retorno ao trabalho depois de 24 meses de acidente. Qualidade de vida, fatores socioeconômicos e a não hospitalização se relacionaram ao retorno ao trabalho.
Heron-Delaney, Warren, & Kenardy (2017)	RT	Resultados demonstraram que a dor, baixa expectativa de retorno, alto grau de incapacidade, depressão e ansiedade se associaram ao não retorno ao trabalho.
Khodadadi-Hassankiadeh et al. (2017)	P	O risco do desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) aumenta conforme o não retorno ao trabalho. Isto é, o não retorno está associado aos sintomas de TEPT.
Pélissier et al. (2017)	P/RT	Em relação aos participantes do estudo, aproximadamente 80% retornaram ao trabalho depois de 3 anos de acidente. O não retorno se relacionou com lesões específicas, dores intensas e TEPT.
Sullivan et al. (2017)	RT/R	Indivíduos que retornaram ao trabalho apresentaram melhoras na reabilitação em comparação aos que não voltaram. A falta de trabalho se relacionou com a piora dos sintomas de dor.
Beck et al. (2016)	R	O retorno ao trabalho de 67,74% dos participantes ocorreu depois de 6 meses do acidente, não havendo ainda completa recuperação das lesões.
Murgatroyd et al. (2016)	RT	O tempo de retorno ao trabalho está associado com a gravidade da lesão e com níveis ocupacionais. O menor tempo de retorno está também associado à expectativa, trabalho integral anterior ao acidente e boa saúde anterior.

Sarrami et al. (2016)	R	A taxa de retorno ao trabalho dos participantes foi de 37% e a maioria continuou precisando de cuidados. Aqueles que realizaram cirurgia na coluna não retornaram ao trabalho.
Paiva et al. (2016)	RT/R	Indivíduos que retornaram ao trabalho apresentaram melhor percepção de qualidade de vida.
Faux et al. (2015)	R	Foram realizadas intervenções e houve 73,8% de retorno ao trabalho no grupo de Intervenção de Reabilitação Precoce e 69,1% no grupo de Intervenção de Educação Breve.
Gabbe et al. (2015)	RT	Pacientes que não foram culpados pelo acidente ou que não se percebiam como culpados apresentaram piores resultados no retorno no trabalho.
Gopinath et al. (2015)	RT/R	A não hospitalização e a boa qualidade de vida se relacionaram ao retorno ao trabalho. Houve uma taxa de 82% do retorno dos pacientes ao trabalho após 24 meses.
Kenardy, Heron-Delaney, Warren, & Brown (2015)	P	A baixa expectativa de retorno ao trabalho se encontrou relacionada a maiores chances de incapacidade física. A ansiedade moderou a relação entre expectativa de retorno ao trabalho e incapacidade.
Prang, Berecki-Gisolf, & Newman (2015)	RT	O apoio social do empregador foi positivo no retorno ao trabalho para ambos os sexos. Suporte familiar foi positivo para retorno ao trabalho nos homens e negativo para mulheres.
Brooke et al. (2014)	R	O retorno ao trabalho foi maior no grupo de intervenção (49%) que grupo controle (26%). A intervenção consistia de acompanhamento individual com profissional de reabilitação física.
Diedericks (2014)	C	O acidente causou maior impacto na carreira de pessoas mais novas. Vítimas apresentaram sequelas físicas e psicossociais mesmo após o retorno ao trabalho.
Thompson, O'Donnell, Stafford, Nordjaefrn & Berk (2014)	P	Pessoas com sintomas depressivos apresentaram menor chance de retornar ao trabalho. O efeito das atribuições de responsabilidade pelos acidentes no retorno ao trabalho foi mediado pela presença de sintomas depressivos.

Legenda: C= Carreira; P= Psicologia; R= Reabilitação; RT= Retorno ao trabalho.

Conforme exposto na Tabela 1, alguns estudos foram alocados em duas categorias por explorarem com igual importância duas temáticas diferentes, segundo os juizes do estudo. Assim, retorno ao trabalho foi o tema principal da maioria dos trabalhos encontrados (9 estudos), seguido por reabilitação (6 estudos). Nenhuma pesquisa apresentou 100% de taxa de retorno ao trabalho, contudo, aqueles que relataram a porcentagem de retorno apresentaram taxas que variaram de 37% (Sarrami et al., 2016) a 82% (Gopinath et al., 2017). De acordo com a revisão, diversos fatores colaboraram ao retorno ao trabalho, como a percepção de boa qualidade de vida após o acidente (Gopinath et al., 2017; Gopinath et al., 2015; Paiva et al., 2016), boa saúde anterior ao acidente (Murgatroyd et al., 2016), maior grau

de instrução escolar (Prang et al., 2015), suporte do empregador (Prang et al., 2015), maior probabilidade de reintegração física e psicossocial pós-trauma (Gopinath et al., 2017; Gopinath et al., 2015). Quanto aos obstáculos encontrados ao retorno ao trabalho correspondem a presença de lesões graves (Sarrami et al., 2016; Murgatroyd et al., 2016), baixa expectativa de retorno (Heron-Delaney et al., 2017; Kenardy et al., 2015), depressão e ansiedade (Heron-Delaney et al., 2017; Thompson et al., 2014), a presença de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (Khodadadi-Hassankiadeh et al., 2017; Péliissier et al. 2017), dor (Heron-Delaney, 2017; Péliissier et al., 2016) e hospitalização após o acidente (Gray et al., 2017; Gopinath et al.; 2015).

Discussão

O retorno ao trabalho é considerado importante após acidente de trânsito uma vez que a atividade laboral é socialmente percebida como uma das propostas centrais da vida, suprimindo não somente necessidades econômicas, mas também de autoestima e bem-estar do indivíduo. O objetivo desse artigo foi explorar os aspectos positivos e negativos relacionados ao retorno ao trabalho de vítimas de acidente de trânsito, visando identificar os fatores que auxiliam e prejudicam na retomada da atividade laboral desses indivíduos. A averiguação desta temática se faz importante, pois fornece informações sobre quais práticas possuem maior relevância nesse contexto e o que mais tem sido relatado para melhoria dos indivíduos que se encontram nesta situação.

Apesar de atingir a população global, o fenômeno do retorno ao trabalho em vítimas de acidentes de trânsito apresentou como seu principal centro de pesquisa a Austrália, país responsável por 15 das 19 publicações analisadas. Pioneira em políticas de segurança viária, a Austrália apresenta forte investimento nesta área desde 1970 (Federal Office of Road Safety, [FORS], 1998), conseguindo diminuir os acidentes de trânsito através da educação, fiscalização e pesquisa. É premente compreender, no entanto, que a violência no trânsito atinge principalmente os países de baixa e média renda, e que apesar de apresentarem metade da quantidade de veículos no mundo, são responsáveis por 90% das mortes por acidentes de trânsito (WHO, 2016). Nesse contexto, é contrastante observar que dentre os países em desenvolvimento (Ranking IDH Global, 2014) apenas a África do Sul, o Brasil e o Irã apresentaram estudos voltados para a temática do retorno ao trabalho pós-acidente de trânsito nos últimos cinco anos. Assim, conforme Bacchieri e Barros (2011) há lacunas na pesquisa sobre trânsito no Brasil, principalmente relacionada aos impactos dos acidentes, uma vez que o país não se encontra na direção correta da prevenção dos acidentes de trânsito. Acerca da metodologia dos estudos analisados nesta revisão, todos foram conduzidos por meio de pesquisa quantitativa, sendo comum o desenho amostral com grande quantidade de participantes. Outro dado importante foi a taxa de retorno obtida ao fim de cada estudo, sendo que a porcentagem encontrada variou entre 37% a 82%. É importante ressaltar que nenhum estudo apresentou 100% de retorno ao trabalho, o que expõe que em todas as pesquisas alguns participantes não

retomaram suas vidas profissionais pós-acidente. Esta parece ser uma realidade da violência do trânsito no qual a reabilitação e a reintegração profissional não são uma garantia para as vítimas de acidentes. Um dos motivos para isso é a situação de incapacidade permanente, na qual sequelas irreversíveis resultantes do acidente forçam os indivíduos, em sua maioria jovens e produtivos, a deixarem a carreira e a vivenciarem uma aposentadoria precoce por invalidez (Debieux, Chertman, Mansur, Dobashi, & Fernandes, 2010). No que concerne à categorização realizada dos temas das pesquisas, observa-se que a maioria dos artigos levantados estudou o fenômeno do retorno ao trabalho (Gabbe et al., 2015; Gopinath et al., 2015; Gray et al., 2018; Heron-Delaney et al., 2017; Murgatroyd et al., 2016; Paiva et al., 2016; Péliissier et al., 2017; Prang et al., 2015; Sullivan et al., 2017), seguido da reabilitação das vítimas (Beck et al., 2017; Beck et al., 2016; Brooke et al., 2014; Faux et al., 2015; Gopinath et al., 2017; Gopinath et al., 2015; Paiva et al., 2016; Sarrami et al., 2016; Sullivan et al., 2017). Assuntos relacionados à psicologia apareceram em quatro artigos (Kenardy et al., 2015; Khodadadi-Hassankiadeh et al., 2017; Péliissier et al., 2017; Thompson et al., 2014) e apenas um relacionou o retorno ao trabalho e a carreira dos participantes (Diedericks, 2014). Os aspectos psicológicos mais frequentes nas populações investigadas dos estudos foram: depressão, ansiedade, percepção da qualidade de vida após o acidente, e Transtorno de Estresse Pós-Traumático. A opção por investigar estes aspectos pode estar relacionada a achados anteriores, como os estudos de Magalhães e Loureiro (2007), e Mayou, Bryant e Duthie (1993), que sinalizam as sequelas dos acidentes na qualidade de vida, acarretando depressão, ansiedade e traumas psicológicos.

As variáveis que influenciaram positivamente ou negativamente no retorno ao trabalho foram alvo constante das pesquisas. Conforme os achados desta revisão, os participantes que apresentaram uma boa percepção de qualidade de vida (Gopinath et al., 2017; Gopinath et al., 2015; Paiva et al., 2016), não-hospitalização (Gopinath et al., 2017), reintegração profissional e/ou social (Prang et al., 2015), boa saúde anterior ao acidente (Murgatroyd et al., 2016) e que possuíam fatores socioeconômicos que favorecem a recuperação (Gopinath et al., 2017), apresentaram maior chance de retorno ao trabalho. O tempo para o retorno ao trabalho se encontrou associado à gravidade da lesão e aos graus de dificuldade do nível ocupacional exercido (Murgatroyd et al., 2016).

Assim sendo, indivíduos que apresentaram lesões graves, baixa expectativa de retorno, depressão e ansiedade, relataram maior dificuldade de retorno ao trabalho. Isto é, tais fatores prejudicaram a retomada da atividade laboral.

Em relação a outros aspectos relevantes, encontrou-se que aqueles que atribuíram a responsabilidade pelo acidente a si mesmos apresentaram resultados piores de retorno ao trabalho (Gabbe et al., 2015; Thompson, 2014). Além disso, também foi encontrado que o apoio social do empregador favoreceu o retorno ao trabalho, porém o suporte familiar nesse tipo de situação foi positivo apenas para indivíduos do sexo masculino (Prang et al., 2015). Mulheres também apresentaram piores resultados no retorno ao trabalho no estudo de Gray et al. (2018).

A revisão integrativa proporcionou, de forma atual, a exposição de como alguns fatores podem favorecer ou prejudicar o retorno ao trabalho de vítimas de acidente de trânsito. Tem-se que a reabilitação tanto física quanto psicossocial possui um papel fundamental neste cenário. A necessidade de haver um acompanhamento profissional para esta população se torna evidente nos achados desta pesquisa, visto que as sequelas físicas, culpabilização, depressão, ansiedade, Transtorno de Estresse Pós-Traumático, e sequelas psicossociais de forma geral se mostraram como prejudiciais para retomada das atividades laborais. Ainda há muito a ser compreendido sobre os impactos que acidentes de trânsito podem gerar na vida profissional da vítima, sendo necessárias maiores investigações acerca desse fenômeno que detalhem melhor as experiências subjetivas desta população.

Considerações finais

Este estudo possibilitou aprofundar a temática do retorno ao trabalho posteriormente aos acidentes de trânsito, e investigar os principais resultados encontrados em pesquisas sobre esse assunto. Para ampliar o entendimento dessa realidade, realizou-se uma revisão integrativa em que o procedimento inicial realizado foi a pesquisa em três bases de dados (Periódicos Capes, na PsycINFO e no PubMed) com os termos relacionados ao “retorno ao trabalho” e “trânsito”. Ao final, após uma extensiva análise de inclusão e exclusão, foram encontrados 19 artigos empíricos que se tornaram a base deste estudo. Os resultados apresentados indicam que acidentes de trânsito apresentam impactos na vida profissional, e se relacionam principalmente às sequelas posteriores como depressão, ansiedade, e dores físicas, que influenciam diretamente no retorno à atividade remunerada. O que os dados também apontam é o pouco interesse de países como o Brasil na investigação deste tema, apesar do alto nível de acidentes. Pode-se pontuar similarmente que faltam estudos qualitativos que se foquem na experiência das vítimas, e estudos que associem as influências na carreira. Assim, a reorientação profissional, reabilitação psicossocial, empregabilidade, desenvolvimento e a adaptabilidade de carreira de vítimas de acidente de trânsito são temáticas possíveis e importantes de serem melhor investigadas e trabalhadas nestas populações. Sinaliza-se, então, a relevância de estudos futuros que busquem avaliar a adaptação global do indivíduo após o acidente, fornecendo conhecimentos que favoreçam a criação de intervenções, programas de saúde e reabilitação, enfim, um acompanhamento que auxilie a mudança causada pelo acidente na vida do indivíduo.

Referências

- Andrade, S. S. C. A., & Jorge, M. H. P. M. (2017). Internações hospitalares por lesões decorrentes de acidente de transporte terrestre no Brasil: permanência e gastos. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 26(1), 31-38. doi:10.5123/S1679-49742017000100004
- Bacchieri, G., & Barros, A. J. D. (2011). Acidentes de trânsito no Brasil de 1998 a 2010: muitas mudanças e poucos resultados. *Revista de Saúde Pública*, 45(5), 949-63. doi:10.1590/S0034-89102011005000069.
- Barp, M., & Mahl, A.C. (2013). Amaxofobia: um estudo sobre as causas do medo de dirigir. *Revista Unoesc & Ciência – ACBS*, 4(1):39-48. Recuperado de: <https://editora.unoesc.edu.br/index.php/acbs/article/view/2627/pdf>
- Barreto, M. S., Teston, E. F., Latorre, M. R. D. O., Mathias, T. A. F., & Marcon, S. S. (2016). Mortalidade por acidentes de trânsito e homicídios em Curitiba, Paraná, 1996-2011. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 25(1), 95-104. doi:10.5123/S1679-49742016000100010
- Beck, B., Ekegren, C. L., Cameron, P., Edwards, E. R., Bucknill, A., Judson, R., ..., & Gabbe, B. J. (2017). Predictors of recovery in cyclists hospitalised for orthopaedic trauma following an on-road crash. *Accident Analysis & Prevention*, 106, 341-347. doi: 10.1016/j.aap.2017.06.019
- Beck, B., Stevenson, M., Newstead, S., Cameron, P., Judson, R., Edwards, E. R., ..., & Gabbe, B. (2016). Bicycling crash characteristics: an in-depth crash investigation study. *Accident Analysis & Prevention*, 96, 219-227. doi: 10.1016/j.aap.2016.08.012

- Braun, A. C., Vierheller, B., & Oliveira, M. Z. (2016). Conflito trabalho-família em executivos: uma revisão sistemática de 2009 a 2014. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 17(1), 19-30. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=203049524004>
- Brooke, K. J., Faux, S. G., Wilson, S. F., Liauw, W., Bowman, M., & Klein, L. (2014). Outcomes of motor vehicle crashes: a pilot study of early rehabilitation interventions. *Journal of Rehabilitation Medicine*, 46, 335-340. doi:10.2340/16501977-1275
- Cabral, L. H. A., Sampaio, R. F., Figueiredo, I. M., & Mancini, M. C. (2010). Fatores associados ao retorno ao trabalho após um trauma de mão: uma abordagem quali-quantitativa. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 14(2), 149-157. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-35552010000200010&script=sci_abstract&lng=pt
- Canadian Human Rights Commission. (2007). *A guide for managing the return to work*. Recuperado de: <https://www.chrc-ccdp.gc.ca/eng/content/guide-managing-return-work>
- Cruz, M. J. A. (2013). *Os Impactos Dos Acidentes De Trânsito Por Lesão Corporal Na Vida Dos Vitimados Em Face Ao Controle Social Do Estado* (Dissertação de Mestrado). Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia, Belém. Recuperado de: <http://www6.unama.br/mestrado/develop/attachments/article/57/Os%20impactos%20dos%20acidentes%20de%20tr%C3%A2nsito%20por%20les%C3%A3o%20corporal%20na%20vida%20dos%20vitimados%20em%20face%20ao%20controle%20social%20do%20Estado.pdf>
- DataSUS (2018). Informações de Saúde. *Morbidade Hospitalar do SUS, 2008-2017*. Recuperado de: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/niuf.def>
- Debieux, P., Chertman, C., Mansur, N. S., Dobashi, E., & Fernandes, H. J. (2010). Lesões do aparelho locomotor nos acidentes com motocicleta. *Acta Ortopédica Brasileira*, 18(6), 353-356. doi: 10.1590/S1413-78522010000600010
- Diedericks, J. C. (2014). The effects of motor vehicle accidents on careers and the work performance of victims. *SA Journal of Industrial Psychology/SA*, 40(1), art.#1078. doi:10.4102/sajip.v40i1.1078
- Faux, S. G., Kohler, F., Mozer, R., Klein, L. A., Courtenay, S., D'Amours, S. K., ..., & Estell, J. (2015) The ROARI project – Road Accident Acute Rehabilitation Initiative: A randomized clinical trial of two targeted early interventions for road-related trauma. *Clinical Rehabilitation*, 29(7), 639-652. doi:10.1177/0269215514552083
- Federal Office of Road Safety. (1998). *The history of road fatalities in Australia* [PDF]. Recuperado de: https://www.tac.vic.gov.au/__data/assets/pdf_file/0005/66407/History-of-Road-Fatalities-from-1925.pdf
- Gabbe, B. J., Simpson, P. M., Cameron, P. A., Ekegren, C. L., Edwards, E. R., Page, R., Liew, S., ..., & Steiger, R. (2015) Association between perception of fault for the crash and function, return to work and health status 1 year after road traffic injury: a registry-based cohort study. *BMJ Open*, 5(e009907). doi:10.1136/bmjopen-2015009907
- Gopinath, B., Jagnoor, J., Elbers, N., & Cameron, I. D. (2017). Overview of findings from a 2-year study of claimants who had sustained a mild or moderate injury in a road traffic crash: prospective study. *BMC research notes*, 10(1), 76. doi: 10.1186/s13104-017-2401-7
- Gopinath, B., Jagnoor, J., Harris, I. A., Nicholas, M., Casey, P., Blyth, F., ..., & Cameron, I. D. (2015) Prognostic indicators of social outcomes in persons who sustained an injury in a road traffic crash. *Injury*, 46, 909-917. doi:10.1016/j.injury.2015.01.002 0020-1383/
- Gray, S. E., Hassani-Mahmooei, B., Cameron, I. D., Kendall, E., Kenardy, J., & Collie, A. (2018). Patterns and predictors of failed and sustained return-to-work in transport injury insurance claimants. *Journal of occupational rehabilitation*, 1(9). doi: 10.1007/s10926-018-9761-2
- Heron-Delaney, M., Warren, J., & Kenardy, J. A. (2017). Predictors of non-return to work 2 years post-injury in road traffic crash survivors: Results from the UQ SuPPORT study. *Injury*, 48(6), 1120-1128. doi:10.1016/j.injury.2017.03.012.
- Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. (2015). *Acidentes de trânsito nas rodovias federais brasileiras: caracterização, tendências e custos para a sociedade*. (Relatório de Pesquisa). Recuperado de: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriospesquisa/150922_relatorio_acidentes_transito.pdf
- Kenardy, J., Heron-Delaney, M., Warren, J., & Brown, E. A. (2015). Effect of mental health on long-term disability after a road traffic crash: Results from the UQ SuPPORT study. *Archives of Physical Medicine and Rehabilitation*, 96(3), 410-417. doi: 10.1016/j.apmr.2014.10.007
- Khodadadi-Hassankiadeh, N., Dehghan-Nayeri, N., Shahsavari, H., Yousefzadeh-Chabok, S., & Haghani, H. (2017). Psycho-Social and Mental Variables and PostTraumatic Stress Disorder in Traffic Accident Survivors in Northern Iran. *Bulletin of Emergency and Trauma*, 5(3), 197-205. Recuperado de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28795065>
- Magalhães, S., & Loureiro, S. (2007). Acidentes de trânsito e variáveis psicossociais - uma revisão da literatura. *Medicina (Ribeirão Preto. Online)*, 40(3), 345-351. doi: 10.11606/issn.2176-7262.v40i3p345-351.
- Mayou, R., Bryant, B., & Duthie, R. (1993). Psychiatric consequences of road traffic accidents. *BMJ*, 307, 647-651. doi:10.1136/bmj.307.6905.647.
- Milani, D., Souza, A. C., Hirayama, M. S., & Alexandre, N. M. C. (2018). Obstáculos para retorno ao trabalho: tradução e adaptação cultural do questionário para o contexto brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(5), 1387-1401. doi: 10.1590/1413-81232018235.17152016.
- Murgatroyd, D. F., Harris, I. A., Tran, Y., & Cameron, I. D. (2016). Predictors of return to work following motor vehicle related orthopaedic trauma. *BMC Musculoskeletal Disorder*, 17(171), 1-13. doi:10.1186/s12891-016-1019-6
- Paiva, L., Pompeo, D. A., Ciol, M. A., Arduini, G. O., Dantas, R. A. S., Senne, E. C. V. D., & Rossi, L. A. (2016). Estado de saúde e retorno ao trabalho após os acidentes de trânsito. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 69(3), 443-450. doi: 10.1590/0034-7167.2016690305i

- Paixão, L. M. M. M., Gontijo, E. D., Drumond, E. F., Friche, A. A. L., & Caiaffa, W. T. (2015). Acidentes de trânsito em Belo Horizonte: o que revelam três diferentes fontes de informações, 2008 a 2010. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 18(1), 108-122. doi: 10.1590/1980-5497201500010009
- Pélessier, C., Fort, E., Fontana, L., Charbotel, B., & Hours, M. (2017). Factors associated with non-return to work in the severely injured victims 3 years after a road accident: A prospective study. *Accident Analysis & Prevention*, 106, 411-419. doi: 10.1016/j.aap.2017.06.020
- Prang, K., Berecki-Gisolf, J., & Newman, S. (2015). Recovery from musculoskeletal injury: the role of social support following a transport. *Health and Quality of Life Outcomes* 13(97),1-17. doi:10.1186/s12955-015-0291-8
- Pransky, G., Gatchel, R., Linton, S. J., & Loisel, P. (2005). Improving return to work research. *Journal of Occupational Rehabilitation*, 15(4), 453-457. doi:10.1007/s10926-005-8027-y.
- Ranking IDH Global 2014. (2017). Recuperado de: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>
- Sabet, F. P., Tabrizi, K. N., Khankeh, H. R., Saadat, S., Abedi, H. A., & Bastami, A. (2016a). Experiences of Encountering Physical Trauma Caused by Traffic Accidents: A Qualitative Study. *Health in Emergencies and Disasters Quarterly*, 1(4), 187-192. doi:10.18869/nrip.hdq.1.4.187
- Sabet, F. P., Tabrizi, K. N., Khankeh, H. R., Saadat, S., Abedi, H. A., & Bastami, A. (2016b). Road Traffic Accident Victims' Experiences of Return to Normal Life: A Qualitative Study. *Iranian Red Crescent medical journal*, 18(4). doi:10.5812/ircmj.29548.
- Sarrami, P., Ekmejian, R., Naylor, J. M., Descallar, J., Chatterji, R., & Harris, I. A. (2016). Spine surgery outcome in patients who sought compensation after a motor vehicle accident: a retrospective cohort study. *BMC surgery*, 16(76), 1-7. doi: 10.1186/s12893-016-0192-8
- Seguradora Líder (2014). *Anuário Estatístico 2014* [PDF]. Recuperado de: <http://www.seguradoralider.com.br/Documents/boletim-estatistico/Anuario-Estatistico-2014-DPVAT.pdf>
- Sousa, R. M. C., & Koizumi, M. S. (1999). Vítimas de trauma crânio-encefálico e seu retorno à produtividade após 6 meses e 1 ano. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 33(3), 313-322. doi: 10.1590/S0080-62341999000300013
- Sullivan, M., Adams, H., Thibault, P., Moore, E., Carriere, J. S., & Larivière, C. (2017). Return to work helps maintain treatment gains in the rehabilitation of whiplash injury. *Pain*, 158(5), 980-987. doi: 10.1097/j.pain.0000000000000871
- Thompson, J., O'Donnell, M., Stafford, L., Nordjaefrn, T., & Berk, M. (2014). Association Between Attributions of Responsibility for Motor Vehicle Crashes, Depressive Symptoms, and Return to Work. *Rehabilitation Psychology*, 59(4), 376-338. doi:10.1037/rep0000012
- Vasconcelos, L. C. F., Minayo-Gomes, C., & Machado, J. M. H. (2014). Entre o definido e o por fazer na Vigilância em Saúde do Trabalhador. *Ciências de Saúde Coletiva*, 19(12), 4617-4626. doi: 10.1590/1413-812320141912.13602014
- World Health Organization, (2016). *Global Report Status on Road Safety 2015*. Geneva: WHO. Recuperado de: http://www.who.int/entity/violence_injury_prevention/road_safety_status/2015/Summary_GSRRS2015_POR.pdf?ua=1
- Young, A. E., Wasiak, R., Roessler, R. T., McPherson, K. M., Anema, J. R., & Van Poppel, M. N. (2005). Return-to-work outcomes following work disability: stakeholder motivations, interests and concerns. *Journal of Occupational Rehabilitation*, 15(4), 543-556. doi:10.1007/s10926-005-8033-0.

Recebido: 24.01.2019 / Corrigido: 30.04.2019 / Aprovado: 07.05.2019